



V Semana Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC

Segurança da Informação

Os Impactos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD na estratégia
de segurança da informação



Privacidade e Segurança Cibernética
na administração pública

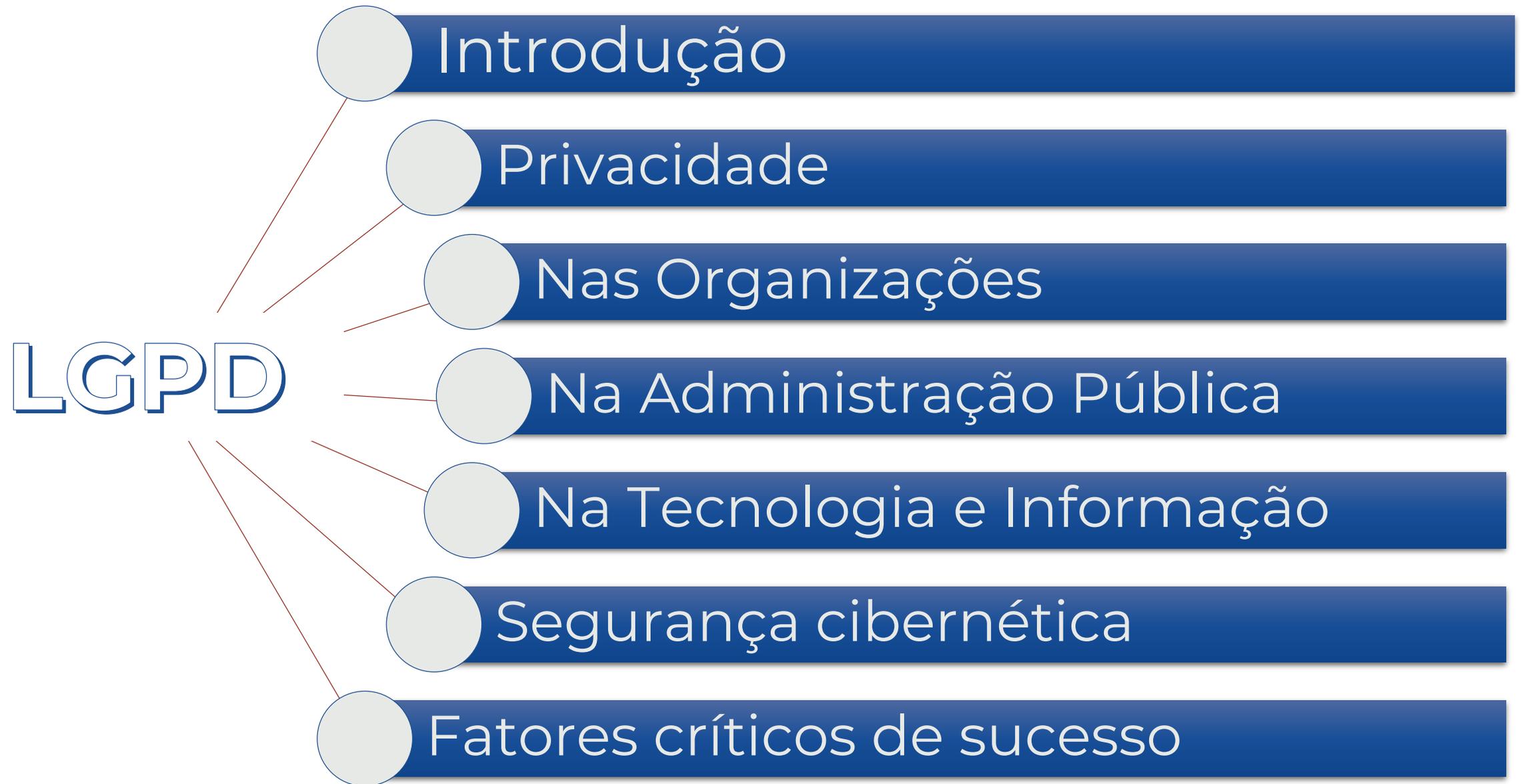
DISCLAIMER



Este documento apresenta o nosso entendimento sobre o tema. As informações apresentadas devem ser validadas antes da sua aplicabilidade.

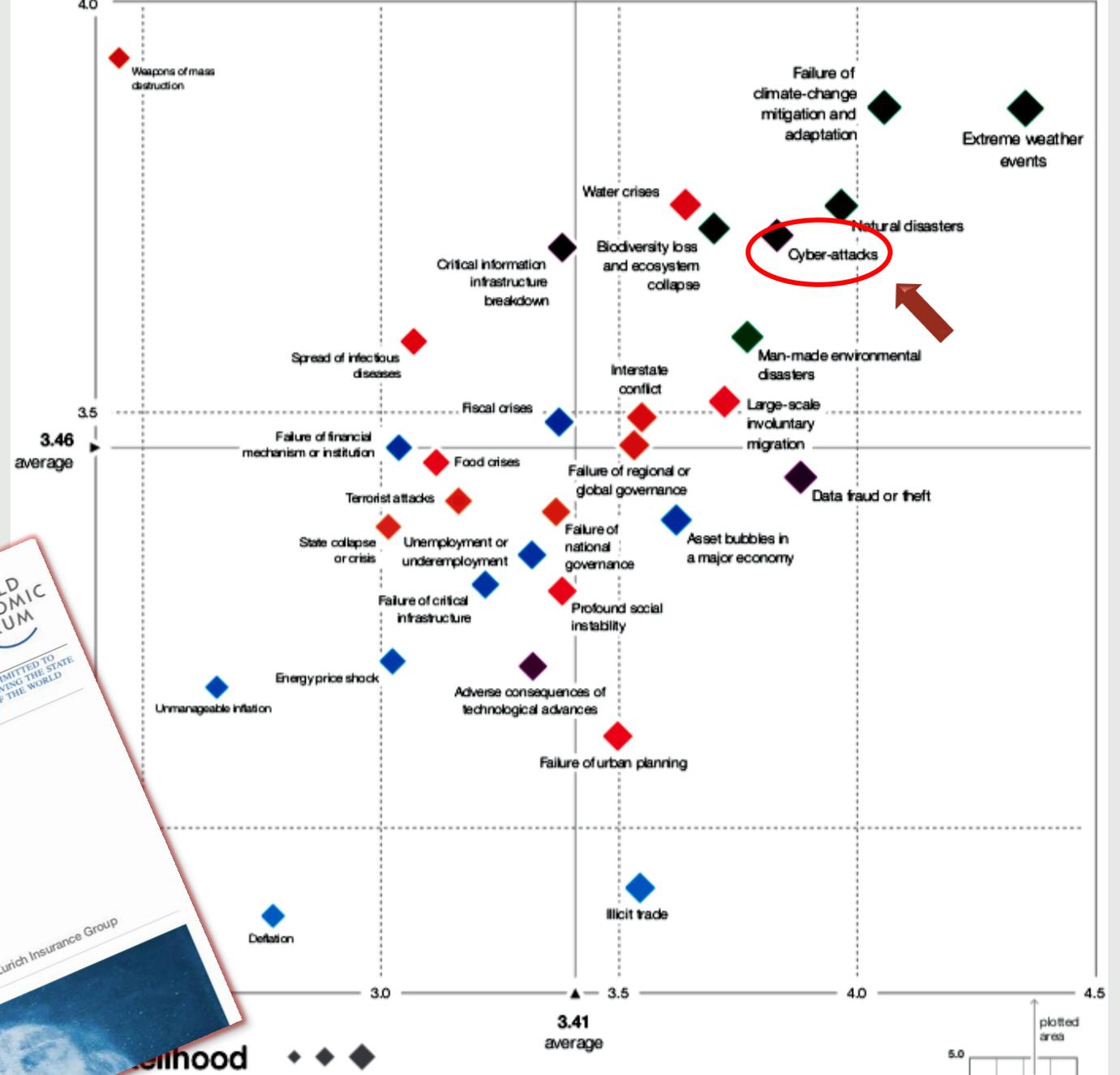
.A AÉRAS não se responsabiliza por perdas, danos ou gastos incorridos por qualquer pessoa decorrente de circulação, publicação, reprodução ou uso não autorizados deste documento.

A AÉRAS não assegura nem assegurará o sucesso da implementação das recomendações, nem assegura ou assegurará que tal se verifique em qualquer prazo, nem responderá por eventuais oportunidades que deixem de ser identificadas, apresentadas ou exploradas, independentemente dos motivos ou das razões para tais ocorrências.



GLOBAL RISK REPORT 2019

Conforme o The Global Risks Report 2019 do Fórum Econômico Mundial, os desastres naturais e os ataques cibernéticos representam os maiores perigos globais em 2019.



LGPD



CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO II DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

CAPÍTULO III DOS DIREITOS DO TITULAR

CAPÍTULO IV DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO

CAPÍTULO V DA TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS

CAPÍTULO VI DOS AGENTES DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

CAPÍTULO VII DA SEGURANÇA E DAS BOAS PRÁTICAS

CAPÍTULO VIII DA FISCALIZAÇÃO

CAPÍTULO IX DA AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (ANPD) E DO CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E DA PRIVACIDADE

CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

TIPOS DE DADOS PESSOAIS



Informações básicas:

- Crenças, pensamentos, fidelidade política, etc.
- Credenciais (autenticação)
- Preferências e interesses

Informações históricas:

- Experiências de vida individuais
- Eventos relevantes
- Padrões que permitam inferências

Informações financeiras:

- Contas, status financeiro
- Propriedades, estruturas
- Transações e padrões
- Histórico de crédito

Informações adicionais:

- Identificadores únicos Etnia
- Preferências sexuais
- Padrões de comportamento
- Idade, saúde, localização, etc.
- Saúde médica
- Dados físicos

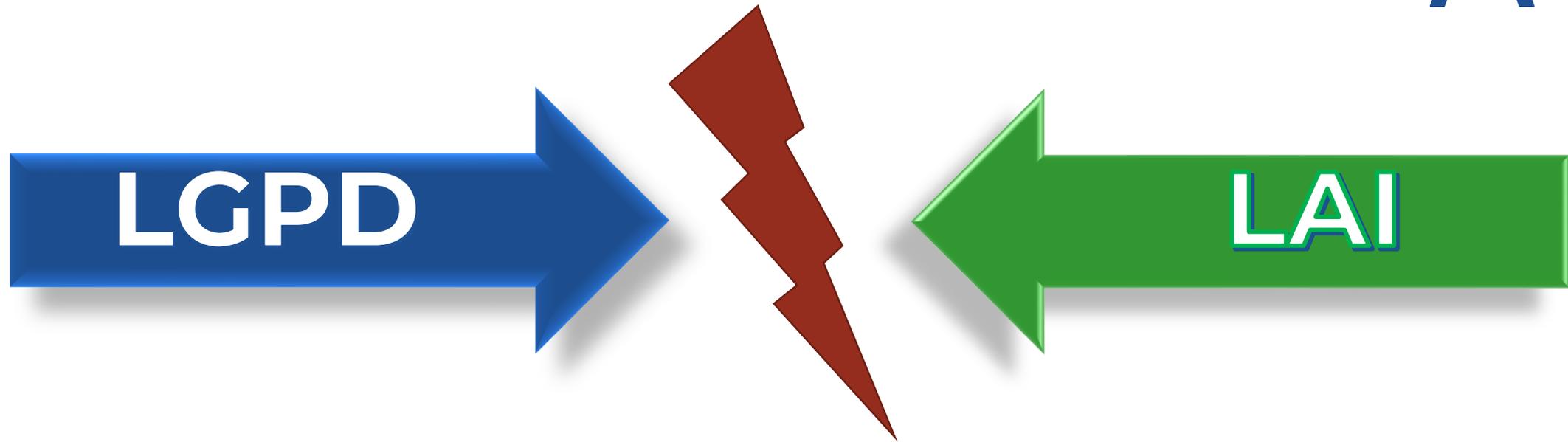


Informações sociais

- Profissão, carreira
- Registros criminais
- Vida pública
- Família e relacionamentos
- Redes sociais
- Comunicações Privadas

Dados em tempo real

- Rastreamento dependente de dispositivo
- Informações de contato
- Base de localização
- Comportamento (ex: utilização de padrões)



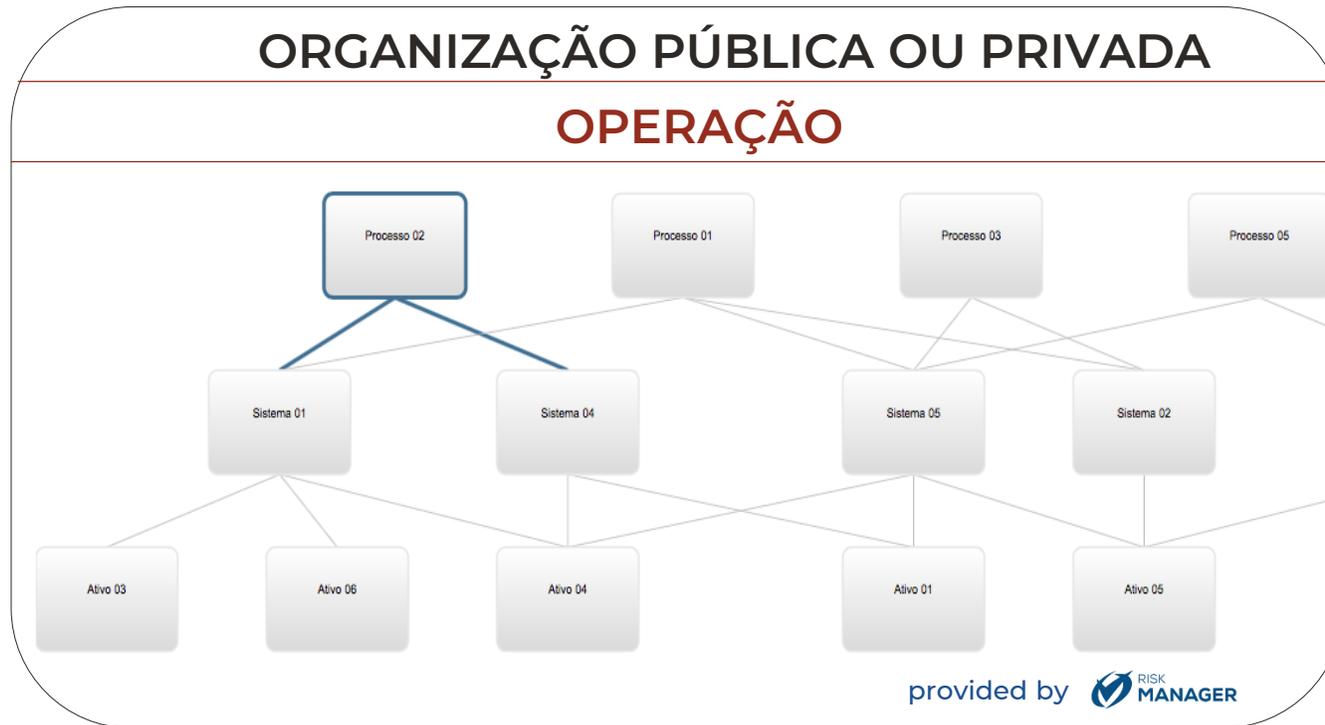
“É inegável que o caráter de complementariedade das atividades públicas dessas duas pessoas, autoridade de acesso à informação e encarregado, recomenda que sua interação seja próxima e recorrente, dando-se ampla publicidade às deliberações conjuntas, não somente ao controlador...”

LGPD, Comentada, Thomson Reuters, pag 262 | Art. 23



Exigências legais
Governo Federal,
Estadual e Municipal

- Agências reguladoras
- MP
- CFM
- Marco Civil da Internet
- Código de defesa do consumidor
- LAI



CLIENTE,
CONTRIBUINTE
, PARTE
INTERESSADA
e etc.

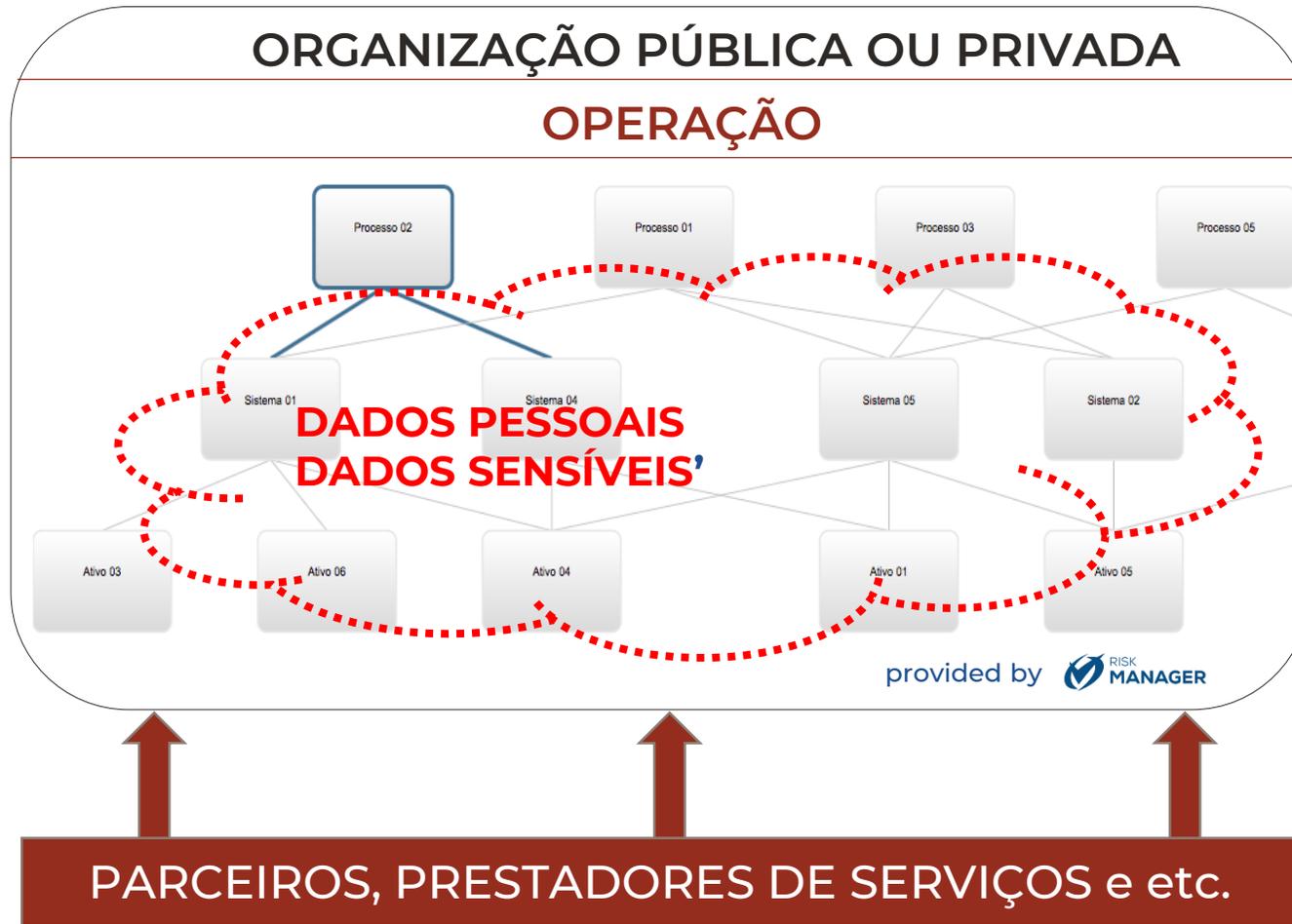
PARCEIROS, PRESTADORES DE SERVIÇOS e etc.

provided by RISK MANAGER



Exigências legais
Governo Federal,
Estadual e Municipal

- Agências reguladoras
- MP
- CFM
- Marco Civil da Internet
- Código de defesa do consumidor
- LAI
- ANPD**



CLIENTE,
CONTRIBUINTE
, PARTE
INTERESSADA
e etc.





LGPD

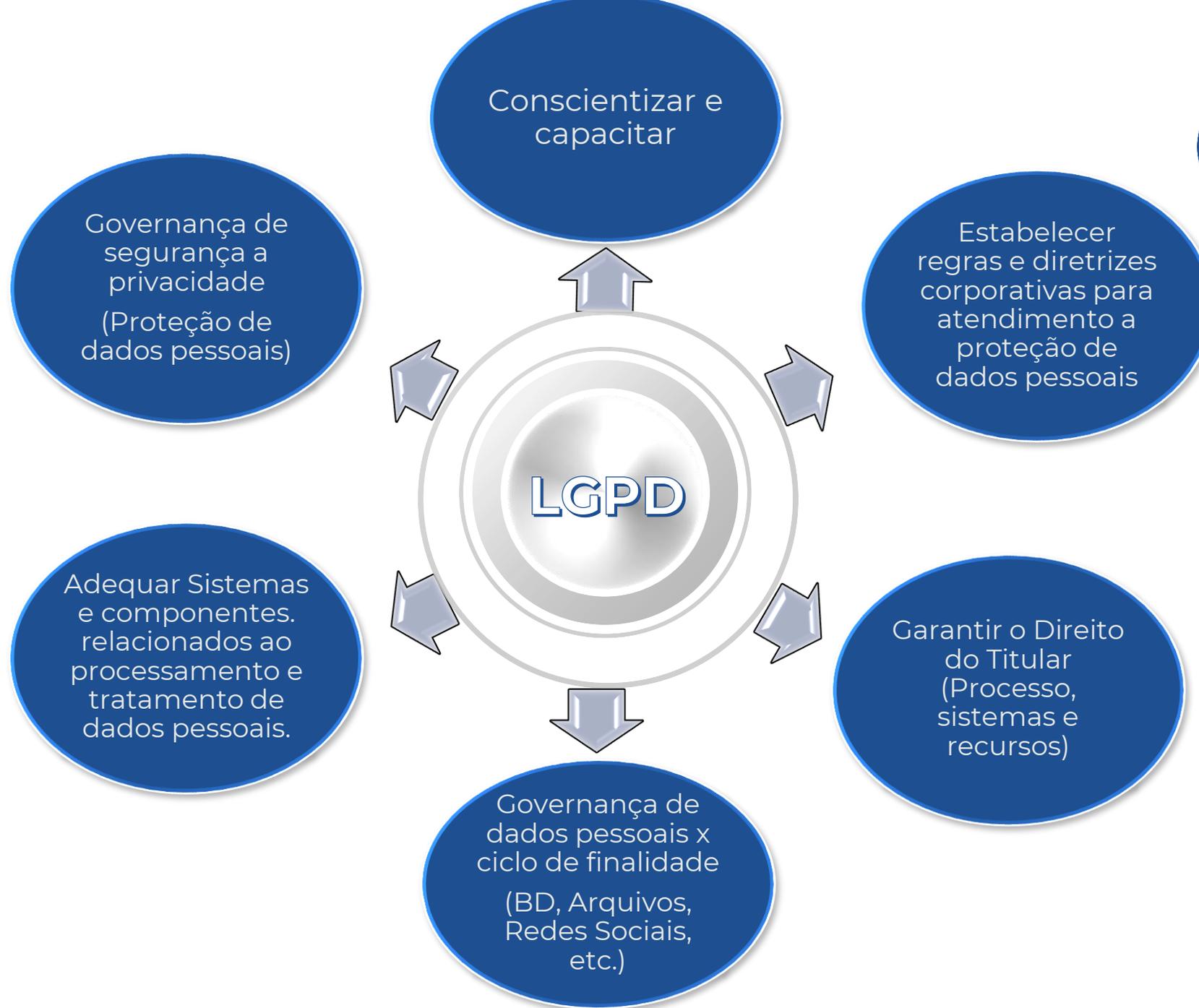
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

DIREITOS DO TITULAR E
TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

SEGURANÇA E BOAS PRÁTICAS

AGENTES DE TRATAMENTO DE
DADOS PESSOAIS





O cenário é de incertezas!



- Assinatura do Presidente
- A implementação da ANPD incluindo a formação do Conselho de Administração e diretoria;
- Procedimentos e orientações, previstas na LGPD e MP, **depende da ANPD**;
- Judicialização na aplicação da lei.

O cenário é de incertezas!



O cenário é de incertezas!



- Assinatura do Presidente
- A implementação da ANPD incluindo a formação do Conselho de Administração e diretoria;
- Procedimentos e orientações, previstas na LGPD e MP, **depende da ANPD**;
- Judicialização na aplicação da lei.

© 2019 Aeras - Segurança da Informação. Todos os direitos reservados

A incapacidade de operacionalizar e fiscalizar da ANPD pode justificar o não fazer nada até que esteja tudo bem definido.

O cenário é de certezas!



- MP´s 869/2018 e 870/2019 foram aprovadas nas duas casas. **Acredita-se** que o Presidente irá sancionar, **sem vetos**.
- A implementação da ANPD será facilitada, nos **dois primeiros anos**, por convocação de funcionários públicos de outros órgãos pelo Presidente da Republica para compor os quadros da ANPD;
- No primeiro momento **deve ocorrer uma força tarefa** para publicar os Procedimentos e orientações, previstas na LGPD e MP;
- A **fiscalização por outros órgãos** (MP) pode influenciar, cada vez mais, a **redução** do não fazer nada;
- Judicialização na aplicação da lei.

ORGANIZAÇÃO – Âmbito da LGPD



JURÍDICO

BASES LEGAIS

GOVERNANÇA, RISCO E COMPLIANCE CORPORATIVO

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL

DPIA

INDICADORES

DIRETRIZES

INDICADORES

DIRETRIZES E
AVALIAÇÕES
DE SI

DIRETRIZES

RISCO
CIBERNÉTICO E
INDICADORES DE
SI

PROCESSOS DE NEGÓCIO

- Revisão de contratos
- Adaptação das atividades
- Conscientização
- Garantia da segurança jurídica em todo ciclo de vida do DP
- Direitos do titular dos dados

TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO

- Inventário de ativos
- Adaptação do legado tecnológico
- Revisão de contratos
- Cópia segura e recuperação
- Capacitação e avaliação de pessoal
- Revisão de processos internos da TI

TI-SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

- Gestão de Risco
- Garantia da segurança da informação → proteção DP
- Capacidade de resposta
- Definição de mecanismos, procedimentos e controles
- Capacitação e avaliação de pessoal

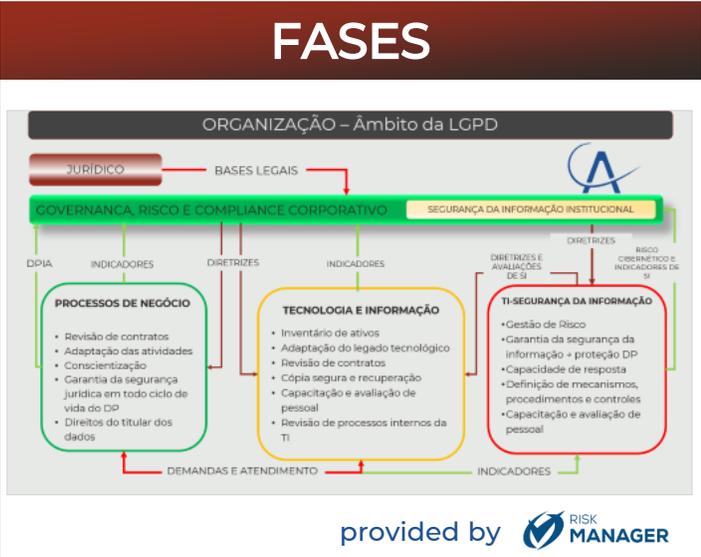
DEMANDAS E ATENDIMENTO

INDICADORES

METAS E OBJETIVOS



ESTAR EM CONFORMIDADE COM LGPD E COM OS PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELA ANPD²



¹Lei Nº 13.709, 14 agostos 2018 de proteção de dados pessoais

²Autoridade Nacional de Proteção de Dados

DIRETRIZES GERAIS



- Utilizar as melhores práticas e frameworks;
- Promover ações para garantir a evolução da maturidade da governança e gestão de segurança da informação;
- Obter uma visão integrada dos negócios (produtos e serviços) com os ativos cibernéticos;
- Considerar e Garantir a Segurança da Informação e Segurança cibernética na evolução dos produtos e serviços;
- Ações e investimento com base em riscos de proteção a privacidade, segurança da informação e riscos cibernéticos.

PREREQUISITOS ADEQUAÇÃO À LEI N° 13.709, 14 AGOSTOS 2018 DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS



- **Definir e Publicar** as **Diretrizes Corporativas para adequação à LGPD**, fornecidas pela Governança Corporativa com suporte jurídico;
- **Identificar e gerenciar os Riscos** inerentes do negócio no escopo da LGPD;
- **Inventariar** os processos, sistemas e ativos de informação (tecnológicos ou não);
- **Inventariar** fontes de dados com DP/DS;
- **Construir e manter o fluxo dos processos/atividades/procedimentos** que utilizam no ciclo DP/DS;
- **Conhecer** as tecnologias utilizadas;
- **Gerenciar** eficientemente a relação de **parceiros e prestadores de serviços** e os respectivos contratos;
- **Identificar e relacionar as Tecnologias e soluções de Segurança** da Informação com a proteção de DP/DS
- Possuir **Serviços gerenciados** de Segurança da Informação;

VISÃO GERAL DE PROJETO GENÉRICO



DIRETRIZES GERAIS



- Utilizar as melhores práticas e frameworks;
- Promover ações para garantir a evolução da maturidade da governança e gestão de segurança da informação;
- Obter uma visão integrada dos negócios (produtos e serviços) com os ativos cibernéticos;
- Considerar e Garantir a Segurança da Informação e Segurança cibernética na evolução dos produtos e serviços;
- Ações e investimento com base em riscos de proteção a privacidade, segurança da informação e riscos cibernéticos.

Estabelecer o Programa para adequação a LGPD

Plano de ação para demais áreas da Organização

Plano de ação para a TI e Segurança da Informação



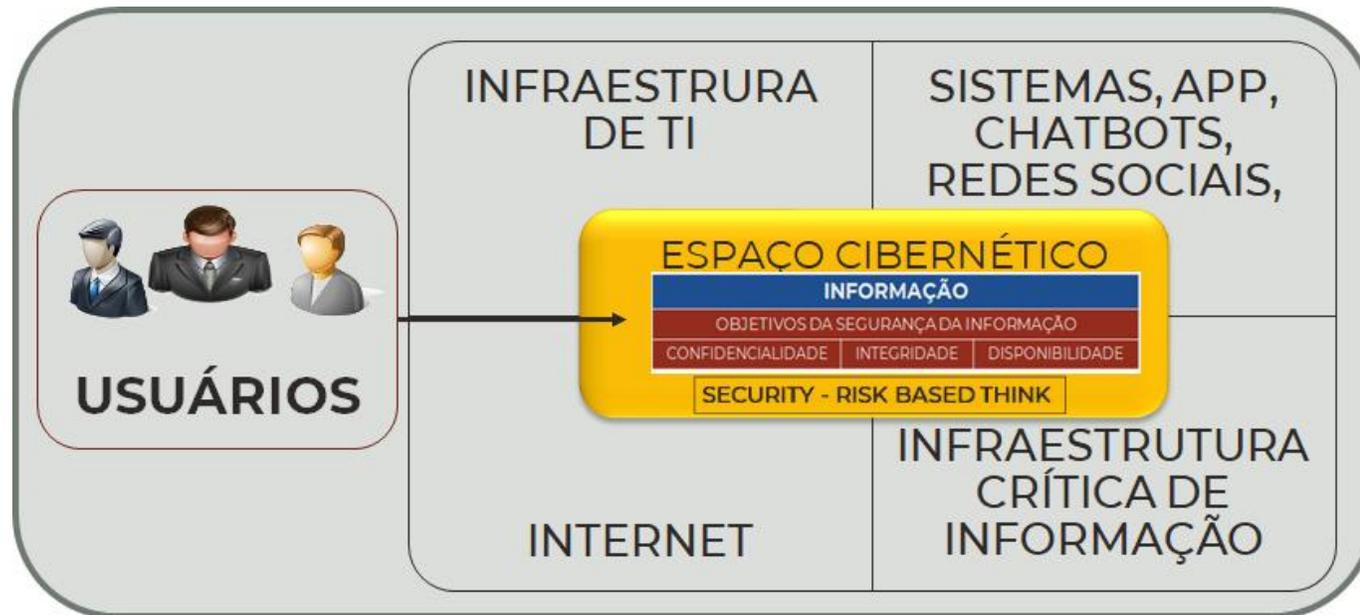
PREREQUISITOS ADEQUAÇÃO À LEI Nº 13.709, 14 AGOSTOS 2018 DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS



- Definir e Publicar as Diretrizes Corporativas para adequação à LGPD, fornecidas pela Governança Corporativa com suporte jurídico;
- Identificar e gerenciar os Riscos inerentes do negócio no escopo da LGPD;
- Inventariar os processos, sistemas e ativos de informação (tecnológicos ou não);
- Inventariar fontes de dados com DP/DS;
- Construir e manter o fluxo dos processos/atividades/procedimentos que utilizam no ciclo DP/DS;
- Conhecer as tecnologias utilizadas;
- Gerenciar eficientemente a relação de parceiros e prestadores de serviços e os respectivos contratos;
- Identificar e relacionar as Tecnologias e soluções de Segurança da Informação com a proteção de DP/DS;
- Possuir Serviços gerenciados de Segurança da Informação;

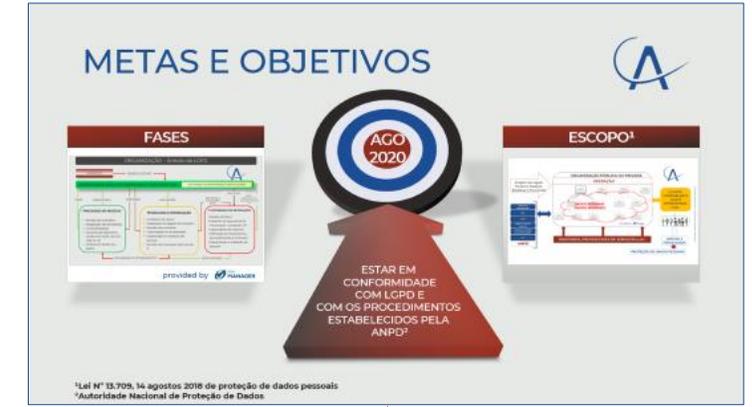
DIAGNÓSTICO & GAPs

Riscos identificados



DADOS
PESSOAIS EM
MEIO NÃO
DIGITAL

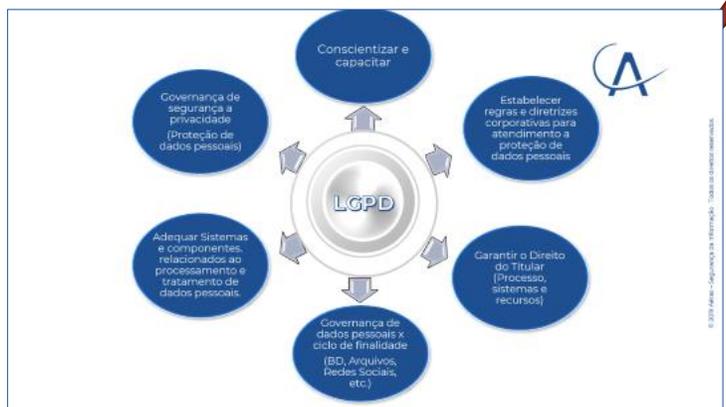
ESPAÇO CIBERNÉTICO : Adaptada a partir da Relação entre a Segurança Cibernética e outros domínios de segurança descrita na norma ISO/IEC 27032:2015 - Tecnologia da Informação Técnicas de segurança - Diretrizes para segurança cibernética Esta Norma fornece diretrizes para melhorar o estado de Segurança Cibernética, traçando os aspectos típicos desta atividade e suas ramificações em outros domínios de segurança.



PROGRAMA DE ADEQUAÇÃO À LGPD

Priorizar baseado em risco (menor investimento para atender os maiores impactos)

Ações de longo prazo



RISCOS



- **Implantação** de soluções sem considerar o risco do negócio relacionado a LGPD
- Não Integração da Governança e gestão da segurança da informação ↔ Governança corporativa. (diretrizes x indicadores)
- Orçamento X Carona → \$\$\$\$;
- Ações da TI **sem o alinhamento** com a avaliação do **negócio**;
- **Ausência** de diretrizes formais do negócio para o atendimento à LGPD;

Fatores críticos de sucesso



- ✓ Tempo para elaborar o diagnóstico do negócio;
- ✓ Efetividade do comitê de risco/segurança;
- ✓ Envolvimento de agentes terceirizados;
- ✓ Definição encarregado - DPO;
- ✓ Diretrizes corporativas relacionadas a LGPD para a TI;
- ✓ Comprometimento da Alta direção.

Considerações finais



- Delinear as formas de limitar quantidades e tipos de dados coletados e mantidos - MINIMIZAÇÃO;
- Definir métodos para monitorar mudanças nas leis, regulamentos e práticas de privacidade - CONFORMIDADE;
- Determinar maneiras de limitar o uso que reduzem riscos a uma violação de dados – PRESTAÇÃO DE CONTA;
- Avalie a capacidade das tecnologias para gerenciar e proteger dados – SEGURANÇA E BOAS PRÁTICAS.

ARMADILHAS POTENCIAIS



- Assumir que o **uso pretendido** e o **uso real** são os mesmos;
- Coletar ou manter **mais do que você precisa**;
- **Negligenciar** os Direitos do Titular;
- Não **categorizar** as informações sensíveis;
- Controle ineficaz na transferência de **informações pessoais protegidas (PPI)**;
- Ignorar questões relacionadas as diferenças fronteiriças;
- Falta de controle do ciclo de vida do DP (onde, quem usa, como uso, etc);
- Eliminar **PPI** sem destruição completa dos dados do titular;
- Dificuldade de respostas em **tempo hábil às mudanças** dos princípios estabelecidos pela lei;
- Gerenciando **manualmente** do ciclo de vida da informação **complexa**;
- Controle pessoal de terceiros que manipulam ou processam informações do cliente.

A IMPORTÂNCIA DA INTEGRAÇÃO

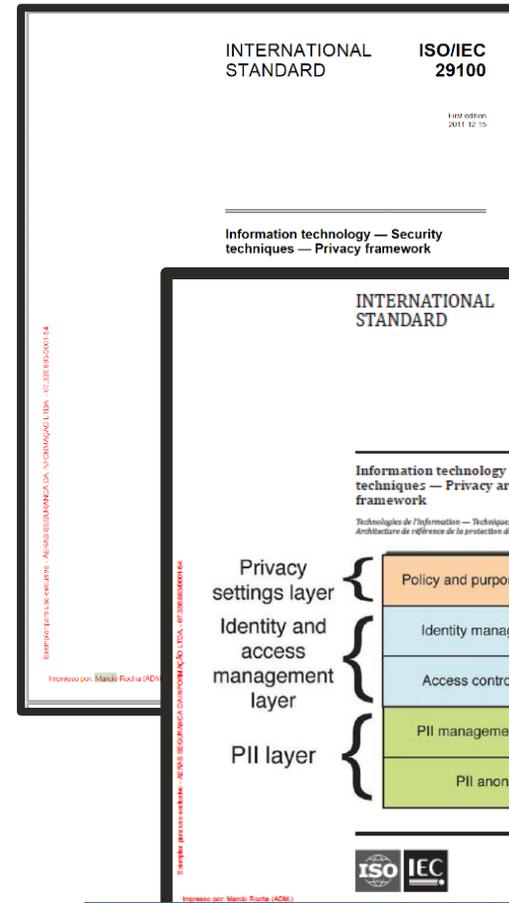
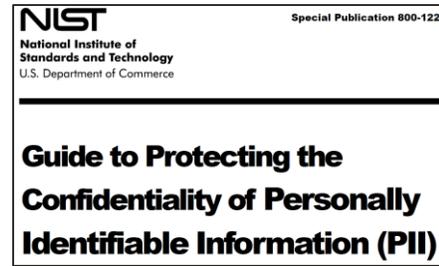
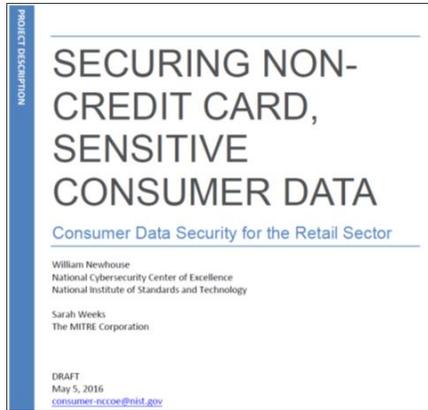


- “A gestão de riscos é parte integrante de todas as atividades organizacionais.”



- “A integração permite que a organização tome decisões que são mais adequadas com a rapidez e potencial interrupção de riscos isolados e com a busca de novas oportunidades.”





INTERNATIONAL STANDARD ISO/IEC 29101

Information technology — Security techniques — Privacy architecture framework

Second edition 2019-11

Techniques de l'information — Techniques de sécurité — Architecture de référence de la protection de la vie privée

Privacy settings layer	Policy and purpose communication		Consent management	
	Identity management system		Pseudonymization scheme	
Identity and access management layer	Access control	Authentication	Authorization	
	PII management	PII transfer	PII pseudonymization	
PII layer	PII anonymization		PII inventory	

Reference number ISO/IEC 29101:2019(IE)

© ISO/IEC 2019



IPD2R

FUNÇÕES DA ESTRUTURA	IDENTIFICAR ID	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	REFERÊNCIAS INFORMATIVAS
		PROTEGER PR	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
DETECTAR DE	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	REFERÊNCIAS INFORMATIVAS	
RESPONDER RS	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	REFERÊNCIAS INFORMATIVAS	
RECUPERAR RC	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	REFERÊNCIAS INFORMATIVAS	

Components	Consent and choice	Purpose legitimacy and specification	Collection limitation	Data minimization	Use, retention and disclosure limitation	Accuracy and quality	Openness transparency and notice	Individual participation and access	Accountability	Information security controls	Compliance
Policy and purpose communication	X	X	X	X			X				X
PII categorization			X	X	X						
Consent management	X	X	X					X			
Privacy preference management	X	X	X		X		X				





SEGURANÇA DA
INFORMAÇÃO

Obrigado!

MÁRCIO ANTONIO DA ROCHA

marcio@aeras.com.br

mrocha@modulo.com.br

31 984474070

Rua Paraíba 550 - 9º. Andar – Funcionários - Belo Horizonte – MG – 30.130 141
www.aeras.com.br